

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA ÁREA URBANA DA AMAZÔNIA: DA TEORIA À PRÁTICA

D. DE L. FARIAS<sup>1</sup>, K. K. L. DO ROSÁRIO<sup>2</sup>, M. S. MORAIS<sup>3</sup>, F. S. L. BRITO<sup>4</sup>, C. E. A. DE S. COSTA<sup>5</sup>

Universidade Federal do Pará<sup>1,2,3,4,5</sup>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7238-6892><sup>5</sup>

[eduardoaguiarsc@hotmail.com](mailto:eduardoaguiarsc@hotmail.com)<sup>5</sup>

Submetido 06/03/2020 - Aceito 18/12/2020

DOI: 10.15628/holos.2020.9662

### RESUMO

Uma das principais fragilidades dos municípios em relação às questões ambientais é a ausência de uma estrutura institucional adequada ou mesmo a já ineficiente gestão empregada. Fazer a análise dessas variáveis contribui com o desenvolvimento regional, podendo ser capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população e tornar a gestão pública mais eficiente. Assim, o estudo objetivou realizar uma análise crítica acerca da eficiência da aplicação de políticas públicas na gestão ambiental do município de Castanhal-PA., avaliando a mesma, observando se as políticas existentes vêm sendo cumpridas, analisando também como a sociedade civil se comporta diante dos possíveis

problemas ambientais gerados. Os procedimentos metodológicos são constituídos de fatores que apresentam um delineamento qualitativo, baseado em pesquisas de campo, bibliográfica e coleta de dados. Os resultados mostraram que ainda há muito que se avançar dentro do Município, que possui uma base teórico muito contundente com relação a alcançar essa boa gestão, porém, eles não se aplicam na prática, levando em consideração que o Plano Diretor não atende de fato as necessidades do município. Por fim, as políticas públicas ambientais sofreram alguns avanços no município estudado, mas essas ainda são o bastante para suprir suas necessidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade, Desenvolvimento, Poder público.

### PUBLIC POLICIES FOR ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN AN URBAN AREA IN THE AMAZON: FROM THEORY TO PRACTICE

One of the main weaknesses of the municipalities in relation to environmental issues is the absence of an adequate institutional structure or even the already inefficient management employed. Analyzing these variables contributes to regional development, being able to promote the improvement of the population's quality of life and make public management more efficient. Thus, the study aimed to carry out a critical analysis about the efficiency of the application of public policies in the environmental management of the municipality of Castanhal-PA., Evaluating it, observing if the existing policies are being fulfilled, also analyzing how civil society behaves in the face of possible environmental

problems generated. The methodological procedures are constituted of factors that present a qualitative design, based on field research, bibliography and data collection. The results showed that there is still a long way to go within the Municipality, which has a very strong theoretical basis in relation to achieving this good management, however, they do not apply in practice, taking into account that the Master Plan does not actually meet the needs of the municipality. Finally, environmental public policies have undergone some advances in the studied municipality, but these are still enough to meet their needs.

**KEYWORDS:** Society, Development, Government.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local é resultado de múltiplas ações convergentes e, quando respeita as dimensões da sustentabilidade, é capaz de favorecer o desenvolvimento econômico, o aumento da qualidade de vida da população e uma gestão pública mais eficiente (Nascimento, 2012; Goes & Morales, 2013).

As principais fragilidades dos municípios na busca de maior participação da população e aprofundamento dos gestores nas questões ambientais são a falta de uma estrutura institucional adequada, profissionais com vínculos informais, precária estrutura física e administrativa e falta de instrumentos de incentivo à regularização (Silva, Matsuda & Waidman, 2012; Campanhoni, 2016). Porém, isso abre oportunidade para apoiar as discussões e alinhar os objetivos da região ao objetivo comum a todos os municípios que são referência em gestão ambiental

A questão ambiental envolve, todos os setores da atividade humana, situação que requer um maior diálogo entre as esferas da administração pública e da sociedade civil. Peres e Silva (2013) afirmam que existe dificuldade de integração das diferentes racionalidades associadas às políticas urbana e ambiental; falta de articulação entre as leis e os instrumentos normativos urbanos e ambientais Municipais, Estaduais e Federais; existem tensões entre o uso público e privado dos recursos bióticos e abióticos da cidade e de seu entorno; persistem a setorização no tratamento da questão ambiental, a desconexão com o setor de planejamento urbano e a não superação dos limites administrativos.

Com relação a essa falta de planejamento, a Constituição Federal de 1988 passou a obrigar aos municípios com mais de vinte mil habitantes, a terem um plano diretor, o qual é necessário conter o zoneamento da cidade visando o pleno desenvolvimento das funções sociais nas cidades. Este plano também tem como função inventariar e diagnosticar qual a vocação ecológica nas mais diversas áreas dentro de uma cidade (Dornelas, 2011).

O cumprimento de um plano diretor, principalmente com relação ao planejamento ambiental ainda vem sendo um desafio para a maioria dos municípios amazônicos, que sofrem com a precária fiscalização, ou mesmo, com a falta de estrutura para gerenciar suas aplicações. É importante analisar como ocorre esta gestão, mesmo que pontualmente, para assim contribuir para o desenvolvimento da região. Assim, este trabalho tem como objetivo principal identificar as dissonâncias entre as questões teóricas e a prática da gestão ambiental do município de Castanhal - Pará e, por consequência, avaliar se tem eficiência na aplicação dessas políticas públicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas de gestão ambiental foram elaboradas a projeção de metas e objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável, além de criar um compromisso estatal ou privado (Aquino & Gutierrez, 2012). Mesmo que possua ampla estrutura legal e teórica, a gestão ambiental é uma atividade que requer mais que a iniciativa privada e/ou pública em se adequar às exigências das políticas públicas. É necessário que ocorram mudanças culturais e quebra de paradigmas para que se atinjam os padrões sustentáveis globais (Hjort et al., 2016).

## 2.1 Políticas Públicas

Se analisado criteriosamente, o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, pode-se observar que na base de cada uma delas encontram-se necessidades humanas, que foram problematizadas e se transformaram em questões de direito (Pereira, 2012).

A análise de políticas públicas enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasceu nos Estados Unidos da América (EUA) no início do século XX, objetivando analisar a ação dos governos de forma a compreendê-la cientificamente (Farah, 2011). Atualmente, elas têm sido uma temática comum, discutida constantemente, no entanto nem todos conhecem sua abrangência e real significado.

Souza e Barros (2007) comentam que políticas públicas são ações de iniciativa governamental mas com interesse público, voltadas para a coletividade e com a atuação da mesma, e para ser efetivada necessita de quatro fatores fundamentais: 1) base na legislação; 2) aparato institucional com recursos e infraestruturas suficientes; 3) planejamento (programas, planos, projetos e metas); e 4) controle social (participação dos cidadãos através de instâncias colegiadas).

Esses quatro pontos ainda são pouco analisados em todos os municípios brasileiros, que necessitam se organizar e planejar as suas ações futuras em saneamento ambiental. Na maior parte do país ainda não se verifica uma estrutura consolidada para o planejamento e a estruturação das ações voltadas para esta área, possivelmente fruto de décadas de omissão perante a política pública (Piterman, Heller & Rezende, 2013).

Vale ressaltar que há uma relação direta entre problemática ambiental e políticas públicas. Pois a sociedade demanda que as duas levam a ações plurais e transdisciplinares para que sejam formuladas e implementadas estas políticas que discutam de forma ampla as demandas sociais e ambientais (Ferreira & De Gregori, 2018). As demandas sociais determinam como devem ser realizadas as intervenções político-administrativas, realizáveis por meio do aparato legal e das políticas públicas. Essas demandas, por sua vez, configuram-se a cada vez mais como socioambientais, exigindo mudanças no tempo e no espaço (Peccatiello, 2011).

## 2.2 Gestão Ambiental Pública

O desenvolvimento de uma região envolve inúmeras e diferentes necessidades e/ou limitações na ótica da gestão e da participação da sociedade. A intervenção no espaço da abrangência de gestão passou a demandar novas abordagens (Morais & Etges, 2009). Mais pontualmente, a gestão do meio ambiente diz respeito à completa incorporação de objetivos e estratégias ambientais aos planejados pela instituição, pública ou privada (Jabbour et al., 2012). Jabbour (2009) acrescenta a essa definição a ideia de que a gestão ambiental deve estar embasada em uma abordagem sistêmica, que é a incorporação da temática ambiental em todos os níveis organizacionais.

A Política Nacional de Meio Ambiente define o meio ambiente como sendo um patrimônio público e, portanto, deve ser protegido (Myszczyk & Silva, 2019). Mas esse fato só é observado em municípios com mais recursos onde é possível verificar a criação de Secretarias Municipais de Meio

Ambiente, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Fundos Municipais de Meio Ambiente (Rodrigues et al., 2016). Porém, isto deve ser observado em todos os municípios, pois as ações em um local podem danificar e prejudicar outros locais distantes, ou seja, o olhar ao meio ambiente deve ser como um todo.

Percebendo as falhas locais, torna-se possível observar outras dificuldades na gestão ambiental municipal, como é o caso da pouca participação da Sociedade Civil nesta temática, pois como foi dito por Leme (2010) “operar políticas públicas com uma diversidade de atores sem a devida pactuação é tarefa praticamente impossível”.

As administrações públicas dos municípios enfrentam problemas a respeito de como lidar com a gestão ambiental, como incentivá-la, direcioná-la aos seus habitantes e como criar alternativas para conscientização da temática ambiental. Existe ainda, uma falta de sensibilidade ambiental em muitas prefeituras do Brasil. Essa visão se torna necessária para desenvolver um município, tratando o meio ambiente também como uma condicionalidade para a qualidade de vida da população (Barbosa & Kravetz, 2013).

### 3 METODOLOGIA

Quanto à sua abordagem, o estudo apresentado possui um delineamento qualitativo com levantamento de dados de várias fontes, e os processos para a obtenção dos dados pode ser: a documentação direta e a documentação indireta. A presente pesquisa utiliza-se de ambos os processos, visto que foram realizadas pesquisas de campo, bibliográfica e coleta de dados.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, contando com aplicação de perguntas pré-determinadas relacionadas ao meio ambiente e a percepção dos representantes acerca das políticas públicas ambientais no município. Vale ressaltar que as respostas foram cedidas de forma livre e subjetiva, com aplicação de algumas perguntas, utilizando o método indutivo para a obtenção de resultados.

As entrevistas foram feitas com dois (2) técnicos representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e dois (2) representantes da Sociedade Civil, sendo estes presidentes de associações de moradores de bairros do município de Castanhal, onde o primeiro representante é do bairro de Novo Cruzeiro e o segundo é do bairro do Nova estrela, a fim de saber suas observações acerca de que o Poder Público propõe, e paralelamente, o que ele realiza.

A cada pergunta, os entrevistados atribuíram notas que variam de zero a dez, e conforme o posicionamento de cada um deles, possibilitando traduzir os seus respectivos conceitos. Esta conceituação das notas foi definida pelos autores e é apresentada no Quadro 1:

Quadro 1: Notas e respectivos conceitos.

Nota	Conceito
0-2	Péssimo
3-4	Ruim
5-6	Regular
7-8	Bom

9-10 | Excelente

Fonte: Autores (2019)

Após definida a estruturação da pesquisa, quanto a objetivos, bibliografia base e métodos de análise de dados, pode-se dar início ao processo de coleta de informações por meio de entrevistas, já supracitadas, em seguida realizar o tratamento dos dados e a sua discussão para finalmente consolidar os objetivos propostos.

### 3.1 Área de Estudo

O município de Castanhal possui área de 1.029 km<sup>2</sup> e população de 173.096 habitantes, dos quais 153.321 (89%) encontram-se na zona urbana e 19.775 (11%) na zona rural. A sede do município está localizada a aproximadamente 73 km de Belém, capital do Estado (IBGE, 2010; Silva et al., 2012). Na Figura 1 pode-se observar o município.

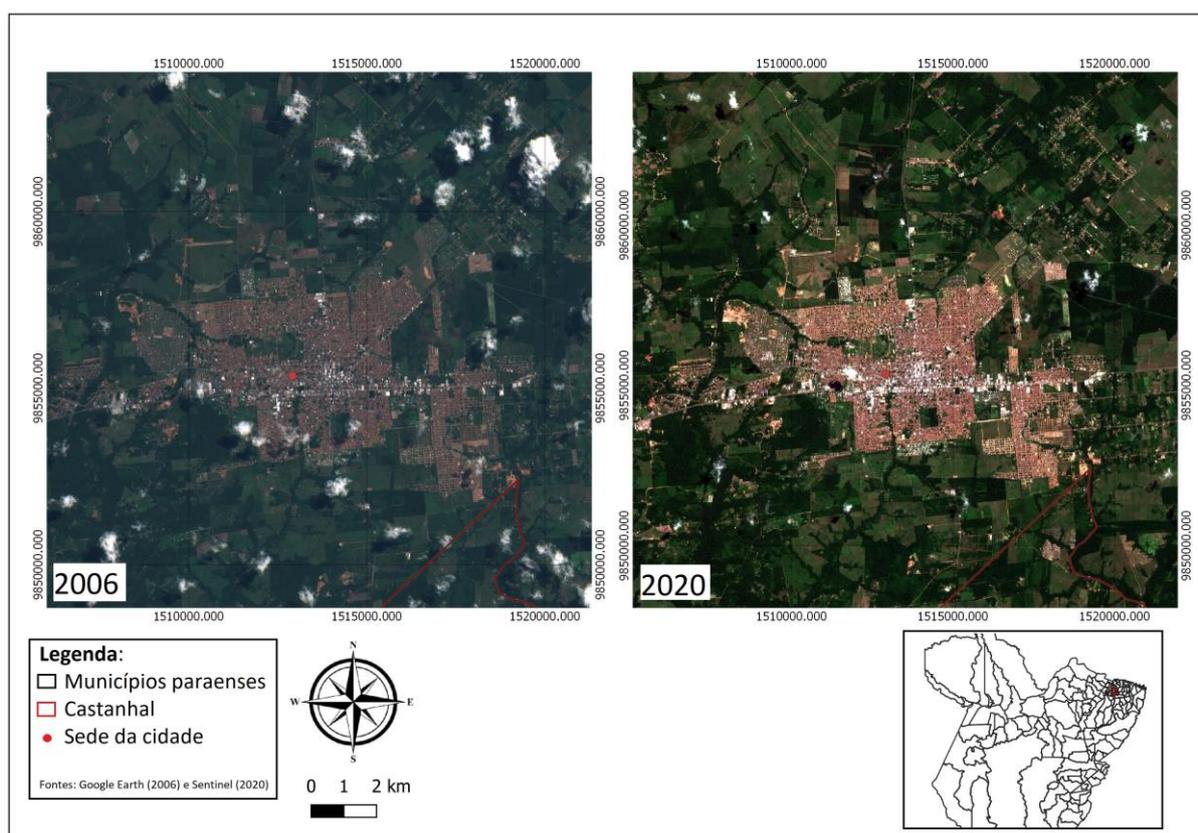


Figura 1: Localização da zona urbana do município de Castanhal.

Fonte: Autores (2020)

A criação oficial da Vila de Castanhal data de 15 de agosto de 1899, realizada por agricultores cearenses contratados pelo Governo da Província do Grão-Pará para construir a Estrada de Ferro Belém-Bragança. Porém, foi em 28 de janeiro de 1932 que o município de Castanhal foi reconhecido oficialmente como Município oficial do estado (Lima et al., 2019).

Apesar de Castanhal não estar inserido diretamente nos grandes projetos direcionados para a Amazônia voltados para a agropecuária e mineração, sua localização geográfica se tornou estratégica para a ligação com outros municípios de grande potencial econômico para a região

Norte. A Cidade de Castanhal também é um forte polo agroindustrial, possuindo 22% das indústrias processadoras de frutas do Estado (Bahia & Garvão, 2015).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A questão ambiental no município de Castanhal foi desencadeada a partir do Plano Diretor Municipal, o qual abordou temas relacionados ao meio ambiente, estimulando o pensamento verde. No entanto, as políticas públicas ambientais começaram a se estabelecer só em torno de 2013. De acordo com o Art. 7º do Plano Diretor de Castanhal (2007), a política urbana deverá ser mediada, considerando o Art. 2º do Estatuto da Cidade, levando em consideração a seguinte diretriz:

I - Garantia do direito a uma cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

### 4.1 Desempenho das políticas de gestão ambiental no município

Considerando o município como esfera mais próxima da realidade de cada indivíduo, cabe a ele atuar de forma mais incisiva na gestão ambiental, estritamente no que a lei lhe permite, defendendo e garantindo a supremacia do interesse público observado na esfera de sua localidade (Andrade, 2011).

Falhas ainda podem ser vistas na SEMMA do município de Castanhal, declarado pelos coordenadores setoriais, o Técnico 1, responsável pelo licenciamento afirma que:

“Apesar de avanços na Gestão Ambiental Municipal, ainda tem muito a se fazer, existem grandes lacunas a serem cobertas, que de fato, mostra-se necessário maior enfoque na parte ambiental.”

Já para o Técnico 2, responsável pelo setor de fiscalização ambiental no município:

“Mesmo com todas as dificuldades peculiares do município, o setor tem avançado, tendo em vista que hoje a secretaria tem conseguido estar com as demandas de vistoria em dia e encontra-se em processo de criação da Polícia Ambiental, em convênio com a Guarda Municipal de Castanhal.”

Percebeu-se que o setor de educação ambiental do município sugere que a maior dificuldade em gerir as políticas públicas ambientais se atribui a uma problemática cultural da população que tende a agir de forma agressiva com o meio ambiente. Já o setor de licenciamento ambiental aponta que as principais falhas estão ligadas diretamente com as medidas de gestão ambiental expostas no Plano Diretor, visto que elas não se adequam a realidade do município, e por consequência acabam sendo cumpridas parcialmente.

A crítica geral está relacionada à capacitação técnica dos funcionários, sendo que do quadro de funcionários com cerca de 25 atuantes, apenas 2 ou 3 apresentam formação direcionada a área ambiental, mais especificamente a área de licenciamento ambiental. Nota-se então que assim como o setor de fiscalização, o setor de licenciamento também sofre com ausência de profissionais intrínsecos à área de atuação. A partir dos preceitos legais contidos na constituição federal,

compete aos municípios organizar e disciplinar os seus serviços e servidores públicos, podendo instituir o seu próprio estatuto dos servidores, em que estão previstos direitos e deveres de seus funcionários e outros aspectos que compõem seu regime jurídico (Almeida, 1999). O investimento em capacitação e aperfeiçoamento, porém, não é garantido por lei pela maioria das prefeituras municipais (Stassun & Wippel, 2013).

A atuação municipal na questão ambiental demanda a articulação de políticas entre os âmbitos federal e estadual cujos papéis e níveis de responsabilidade se relativizam e se distinguem de acordo com as funções, atribuições e competências em especial com relação ao planejamento, gestão, fiscalização e/ou promoção de atividades direta ou indiretamente impactantes sobre o meio ambiente (Andrade, 2011).

#### 4.2 Progresso de Gestão Ambiental dentro do município ao longo dos anos.

De acordo com o Presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Cruzeiro, durante dos 10 anos (2005 a 2015) a gestão ambiental municipal apresentou melhorias em alguns setores, passando do conceito ruim (2005) para bom (2015), como pode-se observar na Figura 2.

O Presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Cruzeiro, afirma que :

“Houve grandes melhorias no município, teve o aumento de muitas praças, muitas, muitas áreas de passeio, espaço para as crianças brincarem e para os adultos fazerem atividades físicas.”

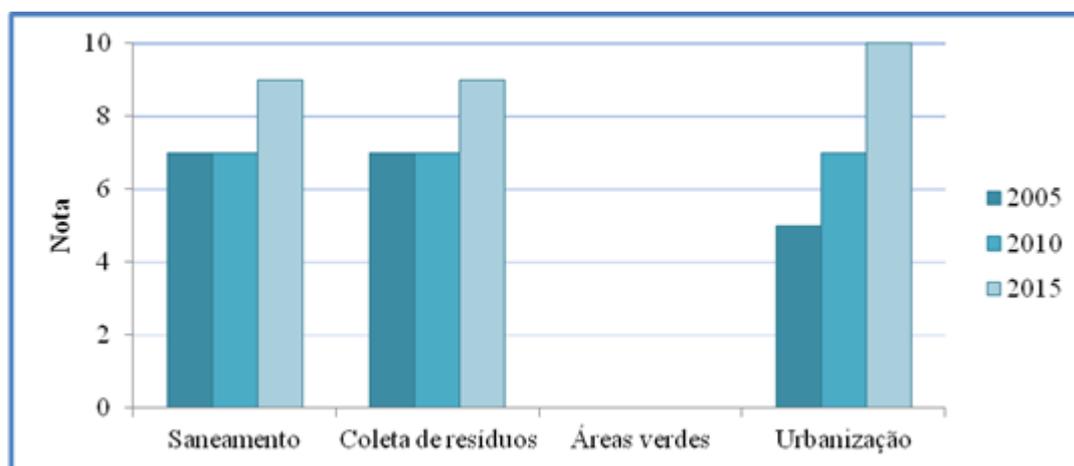


Figura 2: Avaliação da evolução da gestão ambiental - Moradores do Novo Cruzeiro.

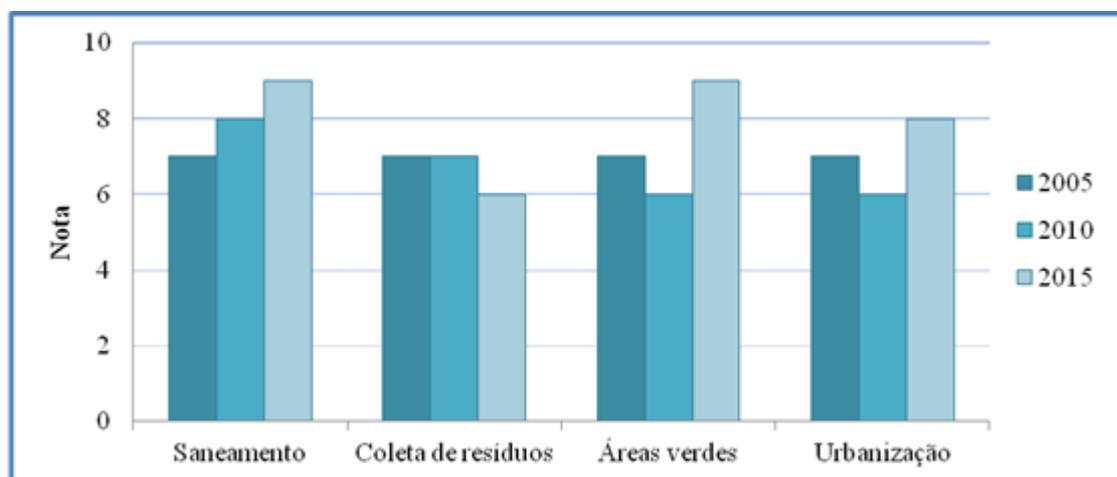
Fonte: Autores (2019)

Contudo alguns setores se apresentaram de forma mais atenuante no município, como por exemplo, a urbanização, que passou a ser considerada com conceito excelente que tem nota atribuída de 10. A seu ver a coleta de resíduos e saneamento também apresentaram melhorias passando ser considerado com excelente, com nota igual a 9. No quesito áreas verdes, o mesmo aponta como péssimo, atribuindo nota 0 a esse setor. A cidade possui um local de deposição final de resíduos que está localizado no Km 08, na estrada da Boa Vista - PA, encontra-se dentro do município, porém, fora do perímetro urbano. Possui um Sistema de Abastecimento de Água através da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), e não possui rede de esgotamento em 100% do município.

Para o Presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Estrela os avanços nos setores de saneamento, coleta de resíduos, áreas verdes e urbanização não apresentaram expressiva melhora no município (Figura 3).

O Presidente, afirmou que:

“Não teve melhorias na cidade, eu vejo tudo sendo do mesmo jeito que sempre foi, algumas melhoraram, outras pioraram, e no final das contas, nada de novo chegou para a gente.”



**Figura 3: Avaliação da evolução da gestão ambiental – Moradores do Novo Estrela.**  
Fonte: Autores (2019)

A nota atribuída para saneamento passou de 7 (2005) para 9 (2015), já no quesito coleta de resíduos, sua avaliação de decadência onde o setor passou de nota 7 (2005) para 6 atualmente. Enquanto no de áreas verdes, sua avaliação ocorreu melhorias passando de 7(2005) para 9 (2015). E no que diz respeito a urbanização o município apresentou pouca melhoria passando de 7 (2005) para 8 (2015).

Notou-se que os representantes da SEMMA acreditam em significativas melhoras na gestão de políticas públicas ambientais, visto que os setores aqui já citados mostram alguma melhoria, contudo essa melhora não ultrapassou a nota oito (8), sendo que está abaixo da média das notas atribuídas pela sociedade civil. Entende-se que essa visão mais crítica se dá devido ao conhecimento técnico que os funcionários apresentam em detrimento ao conhecimento da sociedade, como pode-se observar na Figura 4.

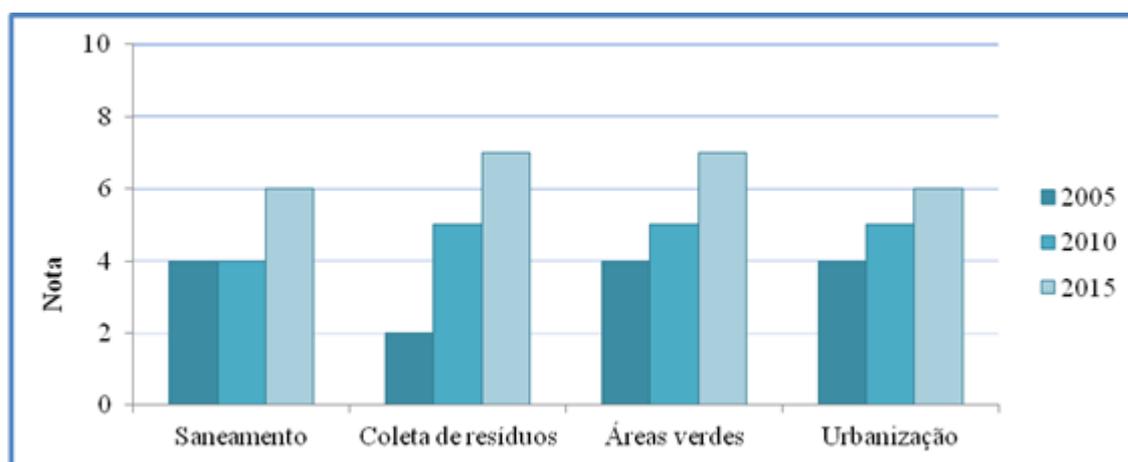


Figura 4: Avaliação da evolução da gestão ambiental – Representantes da SEMMA - Castanhhal.  
Fonte: Autores (2019)

Vale ressaltar que Castanhhal possui mais áreas verdes que a capital do Estado, e que o Plano Diretor justamente prevê esse crescimento sem desmatar. O próprio município possui Áreas de Preservação Permanente (APPs), sendo uma das principais o Parque Horto Florestal, localizado em um dos bairros centrais de Castanhhal. Possui 17,8 hectares de essência florestal, com uma extensão significativa de área verde, além de possuir também um grande número de espécies animais, algumas em extinção (Silva & Bahia, 2017).

#### 4.3 Participação da sociedade na Gestão Ambiental Municipal.

Os setores de educação ambiental e de fiscalização apresentam bastante participação social, onde o primeiro conta com o projeto “Transformando em Arte e Sustentabilidade” que atua diretamente com comunidades e escolas a fim de mudar ações infratoras e proporcionar aprendizado para que possam ser multiplicadores de ações positivas a beneficiar o homem nos dias de hoje, como também as futuras gerações.

Já o setor de fiscalização conta com participação efetiva da população que contribui acionando a Secretaria para casos de denúncia ambiental. Em contrapartida, existe queixa iminente do setor de educação ambiental sobre a população de um modo geral, alegando que esta age de forma agressiva com meio ambiente, sendo este o setor que atua mais de perto com a sociedade e sente bem mais o impacto da falta de consciência ambiental das pessoas.

Pode-se constatar que as informações dadas tanto pela secretaria como pela Sociedade Civil, quanto à participação deste nas questões ambientais do município, são convergentes até certo ponto. O Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Novo Estrela, em entrevista, afirmou que é possível perceber uma maior participação da sociedade na Gestão Ambiental, no entanto o Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Novo Cruzeiro afirmou que não observa tal participação da comunidade. Ao avaliar este impasse alguns fatores devem ser levados em consideração, como a localização do bairro, por exemplo. O primeiro bairro supracitado localiza-se mais próximo ao centro urbano de Castanhhal, ou seja, está mais suscetível ao desenvolvimento de atividades, diferentemente do segundo

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas ambientais sofreram alguns avanços no município de Castanhal, mas essas ainda são o bastante para suprir as necessidades dele, onde muitas vezes não tem suas políticas públicas de gestão ambiental incentivadas por diversos setores administrativos locais. O município de Castanhal é uma cidade de grande porte, porém, apenas no ano de 2008 que o município criou seu sistema municipal de meio ambiente e sua secretaria municipal de meio ambiente. Isso é preocupante, principalmente porque as políticas ambientais da cidade têm que levar em consideração os muitos impactos ambientais reunidos nos últimos anos e que necessitam de ações mais eficientes.

As entrevistas mostraram que ainda há muito que se avançar dentro do Município, possui uma base teórica muito contundente com relação a alcançar essa boa gestão, porém, eles não se aplicam na prática, levando em consideração que o Plano não atende de fato as necessidades do Município. Observou-se também que há ocorrência de maior conscientização da população acerca das práticas ambientais, mas ainda não é o bastante para que haja real integração entre administração pública e a sociedade de um modo geral.

Assim, fica intrínseco que ainda há muito que se melhorar sobre a Gestão Ambiental no município de Castanhal, necessitando de mais aplicações práticas das Políticas Públicas existentes, tornando-as mais eficientes e com maior sensibilidade as necessidades reais que englobam a esfera municipal. Este processo irá exigir, claro, uma sensibilidade maior da população, do setor produtivo e da gestão pública em relação ao meio ambiente. É um processo que pode levar vários anos de debates a fim de mudar uma cultura de desenvolvimento econômico de forma predatória, que não preocupa com o meio ambiente no Brasil.

## 6 REFERÊNCIAS

- Almeida, R. N. P. D. (1999). *A motivação dos servidores públicos municipais (o caso da Prefeitura de Manacapuru/AM)*.
- Andrade, R. P. (2011). As Bases legais para a gestão ambiental municipal. *RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, 4(2), 110-124.
- Aquino, M. H. G., & Gutierrez, R. H. (2012). Aspectos relevantes das normas de gestão ambiental e responsabilidade social para a tomada de decisão. *VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Bahia, M. L., & Garvão, R. F. (2015). Castanhal-Pa: um estudo avaliativo da “cidade modelo” no Nordeste Paraense. *Cairu em Revista*, 4(6), 35-46.
- Silva, A. O., & Bahia, M. C. (2017). Parque Horto Florestal em Castanhal-PA: A Importância do Lugar para os Moradores do Entorno. *Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer*. (1. ed.) Belém: NAEA.
- Barbosa, M. S. & Kravetz, M. C. (2013). Gestão ambiental na administração pública. *Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 3(2).

- Brasil, IBGE (2010). *Instituto Brasileiro de geografia e Estatística*. Censo demográfico,.
- Campanhoni, A. (2016). Implementação da política federal de habitação para assentamentos precários: gestão municipal e os entraves na execução das intervenções. *Revista do Serviço Público*, 67(2), 227-248.
- Castanhal. Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo do Município de Castanhal. *Plano Diretor de Castanhal 2007–2016*. Prefeitura Municipal, 2007.
- Dornelas, H. L. (2011). O direito urbanístico e a importância do plano diretor municipal. *Revista do Curso de Direito da UNIABEU*, 1(1), 1-21.
- Farah, M. F. S. (2011). Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 813-836.
- Ferreira, M. P. R., & De Gregori, I. C. S. (2018). Políticas Públicas para o Desenvolvimento Ambiental: a Complexidade dos Desafios Ambientais na Sociedade Moderna. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 5(2), 847-865.
- Goes, G. A., & Morales, A. G. (2013). Gestão pública e sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 9(4).
- Hjort, L. C., Pujarra, S., & Moretto, Y. (2016). Aspectos da gestão ambiental pública e privada: Análise e Comparação. *Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente*, 3(1), 73-81.
- Jabbour, C. J. C. (2009). Managing quality for environmental excellence: Strategies, outcomes, and challenges in Brazilian companies. *Environmental Quality Management*, 18(4), 65-71.
- Jabbour, C. J. C., de Sousa Jabbour, A. B. L., Stefanelli, N. O. & Teixeira, A. A. (2012). Gestão ambiental e estrutura organizacional: estudo de múltiplos casos. *REG-Revista de Gestão*, 19(3), 361-375.
- Leme, T. N. (2010). Os municípios e a política nacional do meio ambiente. *Planejamento e políticas públicas*, 2(35).
- Lima, G. V. B. D. A., Pereira, M. M., Crispim, D. L., & Fernandes, L. L. (2019). Quali-Quantitative Analysis of Sustainability in Castanhal City (PA) by its Master Urban Plan (2007–2016). *Revista Geonorte*, 10(36), 52-76.
- Morais, R. T. R., & Etges, V. E. (2009). Planejamento estratégico municipal para a sustentabilidade da região do Corede Paranhana-Encosta da Serra. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 8(1), 135-154.
- Myszczyk, A. P., & da Silva, C. L. (2019). Política Pública para Empreendimentos do Setor Elétrico: Estudo Comparativo entre a Regulação Brasileira e Cubana sobre Meio Ambiente e Uso dos Recursos Naturais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(2).
- Nascimento, E. P. D. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos avançados*, 26(74), 51-64.

- Peccatiello, A. F. O. (2011). Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 24.
- Pereira, P. A. (2012). Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. *Sociedade em Debate*, 12(1), 67-86.
- Peres, R. B., & Silva, R. S. D. (2013). Interfaces da gestão ambiental urbana e gestão regional: análise da relação entre Planos Diretores Municipais e Planos de Bacia Hidrográfica. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 5(2), 13-25.
- Piterman, A., Heller, L., & Rezende, S. C. (2013). (A falta de) Controle social das políticas municipais de saneamento: um estudo em quatro municípios de Minas Gerais. *Saúde e Sociedade*, 22(4), 1180-1192.
- Rodrigues, C. B., Oliveira, M. R. R. D., Lima, P. V. P. S., & Casimiro Filho, F. (2016). Instrumentos de gestão ambiental em municípios do semiárido brasileiro. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(5), 101-112.
- Silva, L. G. D., Matsuda, L. M., & Waidman, M. A. P. (2012). A estrutura de um serviço de urgência público, na ótica dos trabalhadores: perspectivas da qualidade. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 21(2), 320-328.
- Souza, T. S. D. & Barros, A. P. D. (2007). Meio ambiente e políticas públicas. Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho. *Carteira de projetos: planos de ação comunitários de meio ambiente/Projeto Nucodema*. Cabo de Santo Agostinho, PE: Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho.
- Stassun, C. C. S., & Wippel, F. (2013). Avaliação de Desempenho e Capacitação Contínua no Serviço Público: Avanços da política de RH na administração pública de uma prefeitura do Alto Vale Do Itajaí. *Planejamento e Políticas Públicas*, (41).

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Farias, D. de L., Rosário, K. K. L. do, Morais, M. S., Brito, F. S. L., Costa, C. E. A. DE S. (2020). Políticas Públicas de Gestão Ambiental em uma área urbana da Amazônia: da teoria à prática. *Holos*. 36(8), 1-14.

#### SOBRE OS AUTORES

##### D. DE L. FARIAS

Graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará (2016). Mestra em Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável através do Instituto Tecnológico Vale - ITV (2020), pelo qual também foi integrante do grupo de pesquisa em Geologia Ambiental e Recursos Hídricos. Atualmente atua como servidora pública na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará. Desenvolveu estágio na Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Amazônia Oriental. Atuou como estagiária na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Castanhal - SEMMA. Possui experiência nas áreas de geociências - domínio de linguagem r de programação e ferramentas de geoprocessamento (qgis); fontes de energias renováveis; agroecologia; projetos ambientais; elaboração de trabalhos técnicos; fiscalização e licenciamento ambiental.

E-mail: [danielle.ambiental@hotmail.com](mailto:danielle.ambiental@hotmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8171-5523>

**K. K. L. DO ROSÁRIO**

Engenheira Ambiental formada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atuou como Jovem Aprendiz na empresa de Mineração HYDRO S/A. Atuou como Técnica Ambiental no Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA). Mestranda no Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil (PPGEC-UFPA). Pós Graduada em Georreferenciamento, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (ESTÁCIO DE SÁ). Atua como fiscal ambiental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA).

E-mail: [karlaleite93@gmail.com](mailto:karlaleite93@gmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8919-9201>

**M. S. MORAIS**

Graduado em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPGEC-UFPA). Pós-graduação em andamento no curso de Georreferenciamento, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto na Faculdade Estácio de Sá (Previsão de Término - Dezembro de 2020).

E-mail: [mateussmorais8@gmail.com](mailto:mateussmorais8@gmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7348-2114>

**F. S. L. BRITO**

Bacharelado do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental (10 semestre), pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é bolsista do Trópico em Movimento da UFPA (2020). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Engenharia Sanitária e Ambiental onde desenvolveu atividades de ensino, pesquisa e extensão (2017-2018). Atuou como pesquisador do Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica (PIVIC) no tema: análise da situação de acesso à água da população da ilha de Cotijuba, cidade de Belém-PA no Laboratório de Recursos Hídricos. Colaborou também como monitor acadêmico das disciplinas: Fundamentos e Teorias do Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Saneamento Ambiental (2017-2018) da Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental (FAESA). Desenvolveu atividades no Centro Acadêmico de Engenharia Sanitária e Ambiental (CAESA), no cargo de Diretor de Ensino atuando na elaboração, organização e execução de eventos acadêmicos envolvendo ensino e extensão universitária (2016-2018). Estagiou na Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA) da Prefeitura Multicampi da UFPA (2014-2016) onde desempenhou trabalhos na Comissão da Coleta Seletiva Solidária (CSS) da UFPA, assim como, na empresa privada Progressive Brasil Engenharia (2014). Tem experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em saneamento ambiental, saneamento básico, sistemas de abastecimento de água, qualidade da água para consumo humano, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, além da participação em projetos de Educação Ambiental.

E-mail: [fabio.lima.ufpa@gmail.com](mailto:fabio.lima.ufpa@gmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3807-0499>

**C. E. A. DE S. COSTA**

Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2013), mestrado em Engenharia Civil (Área: Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) pela UFPA (2016), especialização em Engenharia Geotécnica pela Faculdade Única de Ipatinga - FUNIP/MG (2020), e atualmente é doutorando do PPGEC/UFPA. Participa do Grupo de Pesquisa em Água, Energia e Sustentabilidade da Amazônia (GAES), com ênfase em pesquisas sobre mudanças climáticas e recursos hídricos. Possui também experiência em docência, colaborando em Hidráulica Aplicada, Hidráulica II e Recursos Hídricos durante o seu estágio docência pelo doutorado. Como profissional, participou de diversas empresas responsáveis por elaborar e fiscalizar importantes projetos de saneamento por todo o Estado do Pará e, atualmente, atua como consultor e projetista na área de saneamento e meio ambiente.

E-mail: [eduardoaguiarsc@hotmail.com](mailto:eduardoaguiarsc@hotmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7238-6892>

**Editor(a) Responsável:** Francinaide Nascimento

**Pareceristas *Ad Hoc*:** João Amorim e Carlos Cyrne

